

EDITORIAL

A Constituinte aprovou, em seu primeiro turno, o ensino público e gratuito em todos os níveis. Foi também aprovada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as universidades. Além disto, foi consignado o percentual de 18% dos recursos orçamentários da União para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Estas conquistas dizem respeito a antigas reivindicações e lutas da comunidade educacional. Resta agora a expectativa para as votações do segundo turno, que poderão confirmá-las ou não. Aguardamos ainda a regulamentação dessas disposições através de leis ordinárias.

Contudo, não basta a defesa pela escola pública e gratuita, pela autonomia das universidades, por mais verbas para a educação, apenas no papel. Haverá, de certo, um longo caminho a percorrer para que esse corolário de intenções se consubstancie na prática. Mesmo porque faltam outros estágios de "compromisso de papel", como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá ser erigido em legislação específica, na conformidade do artigo 249 do Capítulo III da nova Constituição.

Como se dará esse processo? Qual será a articulação desse Plano com a Nova Lei de Diretrizes e Bases (NLDB)? Que rumos tomará a política educacional traçada a partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação? Quem será ouvido neste processo? O povo em geral? A sociedade civil? Somente a comunidade educacional? Ou ele seguirá o mesmo rumo das decisões da atual Constituinte não soberana, permeável apenas aos "lobbies" de interesses economicamente mais fortes? Como escapar às influências da classe dominante e elaborar uma NLDB e um PNE que sejam legítimos quanto à participação dos extratos majoritários da sociedade?

Um claro exemplo desse tipo de influência se configura nas fortes pressões que as instituições particulares de ensino vêm exercendo para se beneficiar da obtenção de verbas públicas. Drenar recursos das escolas oficiais é fortalecer a atuação mercantilista e reforçar o processo de acumulação capitalista na mão daqueles que fazem da educação um negócio. Se assim não fosse, cerca de 75% do ensino superior não estaria nas mãos da iniciativa privada.

É importante lembrar ainda, que no momento dessa discussão das questões educacionais, uma nova política de modernização industrial está em tramitação no Congresso. Uma política que aponta na direção de maior preponderância da área privada empresarial, no que concerne aos destinos da

pesquisa científico-acadêmica. O que certamente redefinirá os rumos da universidade brasileira.

Com isso podemos ver claramente que não se pode pensar na educação como solvedora de seus próprios problemas e desvinculada do contexto histórico. Não basta à comunidade educacional cavar trincheiras em seu próprio solo, visando ao aumento e controle de verbas, à integração entre os vários níveis de ensino, à erradicação do analfabetismo, à autonomia às universidades, à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, aos planos de carreira funcional, à melhoria da qualidade de ensino, dentre outros.

Assim, talvez valesse à pena lembrar que, a despeito do contexto capitalista em que vivemos, a participação dos educadores e a sua articulação com os movimentos sociais, com as reivindicações de outras categorias e a luta política em geral do povo brasileiro é algo que não deve ser negligenciado. Mais do que nunca é preciso ultrapassar as fronteiras da educação, ir além dos seus próprios limites e perscrutar os horizontes mais longínquos que aparentemente — e só mesmo na aparência — passam por fora da educação.